

POLÍTICA EXTERNA RUSSA PÓS-URSS: DA CONFORMIDADE AO REVISIONISMO

RUSSIAN FOREIGN POLICY AFTER THE USSR: FROM CONFORMITY TO REVISIONISM

Rafael Silva¹

Universidade Anhembi Morumbi
Curso de Relações Internacionais
São Paulo - São Paulo- Brasil

Resumo: No começo dos anos 1990, a Federação Russa encontrava-se em uma posição de conformidade com o Sistema Internacional, a qual pode ser explicada por sua instabilidade político-econômica no âmbito doméstico. No final da década seguinte, o país adota uma postura contrária a das forças ocidentais, demonstrando sua insatisfação com a distribuição de poder no cenário internacional. Esta mudança pode ser demonstrada por meio da postura russa em três conflitos: Na primeira guerra da Chechênia, onde o Kremlin buscava um alinhamento com o Ocidente; na guerra do Kosovo, quando ocorre uma inflexão em sua agenda, na qual a OTAN passa a ser vista como sua principal ameaça; e, por fim, na guerra da Geórgia, onde uma postura revisionista em relação ao sistema é exposta de forma inequívoca. O presente artigo buscará explicar tal mudança ao aplicar a Teoria Eurasiana de Aleksandr Dugin na análise da política externa russa pós-URSS.

Palavras-chave: Rússia. Política Externa. OTAN. Eurasianismo. Dugin.

Abstract: In the beginning of the 1990's, Russian Federation was in a state of conformity in regards to the International System, which can be explained by its political instability at the domestic level. At the end of the following decade, the country had adopted a confrontational posture against the international scene. This shift can be seen through the Russian stance in three major conflicts: In the first Chechnyan war, where the Kremlin sought an alignment with the West; in the Kosovar war, when an agenda inflection occurs, in which NATO is seen as its main threat; and in the Georgian war, where a revisionist approach to the system is exposed unequivocally. This paper will explain this shift by using the Aleksandr Dugin's Eurasian Theory in the analysis of the Russian foreign policy post-USSR.

Key-words: Russia. Foreign Policy. NATO. Eurasianism. Dugin.

Recebido: 08/08/2016

Aprovado: 29/11/2016

Introdução

Assumindo uma posição hegemônica no Sistema Internacional (SI) os EUA, segundo Dugin (2014), passam a impor e exportar os valores liberais e democráticos – ideário do atlantismo – como alternativa única para a nova ordem internacional global. Por sua vez, a Rússia, no

¹ rafaelmendes341@gmail.com

começo dos anos 1990, adota um posicionamento de conformidade com essa nova disposição internacional, aproximando-se de organizações e comunidades ocidentais, numa tentativa de reinserção no sistema. Tal pensamento é compartilhado por Marcu (2007, p. 1), que afirma “El sistema bipolar de la guerra fría, que culminó con la desintegración soviética, fue sustituido por una realidad geopolítica completamente nueva, marcada por la hegemonía americana y el posterior declive del Estado ruso”.

Essa reinserção foi capitaneada pela possibilidade de adesão da Rússia e das ex-repúblicas soviéticas à Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), por meio da consolidação de suas revoluções democráticas (BAKER III, 1993). Entretanto, o Ato Fundador Rússia-OTAN fracassou. Para o Ocidente, o sucesso dependia do avanço da democracia e do livre mercado, mas a Rússia jamais criou as instituições necessárias, devido à falta de vontade política (BAKER III, 2002). Para o Kremlin, a entrada de ex-repúblicas soviéticas na OTAN representou “a perda de sua influência na Europa Central e Oriental e a crescente convicção de que ela não faria parte do grupo das nações do Ocidente” (NASCIMENTO, 2008, p. 81). Este avanço da organização em direção ao espaço pós-soviético (EPS) foi o cenário que caracterizou uma postura conflitante do Estado russo com a mesma.

Com a ascensão de Primakov ao cargo de Ministro do Exterior (1996-1998) e Primeiro Ministro (1998-1999) e, posteriormente de Putin ao poder (1999), intensifica-se a nova política externa russa de clara insatisfação com sua nova posição na ordem internacional, demonstrada através de suas respectivas doutrinas (TRENIN, 2001). De acordo com essa política, o Kremlin visa reestabelecer a Rússia como um grande império no S.I, utilizando-se de uma estratégia geopolítica eurásiana que levará ao confronto com o atlantismo (TSYGANKOV, 2003; ERŞEN, 2008).

Como salienta Teixeira (2009, p. 131), “entender o pensamento geopolítico russo, após uma grande ruptura, tal qual ocorreu com a URSS, exige a adoção de uma perspectiva distinta”, devido ao relevante papel histórico da Rússia no sistema internacional. Além disso, sua importância para o equilíbrio de poder na Europa, sustentada por sua posição geográfica, seu vasto território e seu numeroso exército, é de extrema relevância para qualquer ameaça que desafie a ordem internacional (KISSINGER, 1994). Desta forma, tentar-se-á decifrar os problemas e objetivos do Kremlin dentro de uma perspectiva de reconstrução do poderio russo, durante os anos 1990 e 2000.

Diante do exposto, o presente trabalho buscará entender por que a Federação Russa deixou sua posição de conformidade em relação ao sistema internacional pós-URSS e assumiu um papel de estado revisionista a este mesmo sistema a partir do final da década de 1990.

Para entender suas ações e estratégias após a dissolução soviética é necessária uma análise das principais correntes geopolíticas russas, assim como da conjuntura na qual o país se encontrava em momentos específicos. Com o intuito de responder à pergunta norteadora, nossa abordagem pautar-se-á na análise da geopolítica russa e suas implicações em três momentos distintos: Guerra da Chechênia, do Kosovo e da Geórgia. Nesses três momentos podemos notar uma inflexão de suas agendas geopolíticas ante o sistema internacional, marcada pela transição da aceitação da nova ordem internacional, para a de revisão da mesma.

O estudo visa esclarecer a tentativa da escola ocidentalista de reerguer a Rússia, a partir da cooperação internacional com o Ocidente, contrapondo-se à busca pela ascensão em nível imperial, propagada pela escola expansionista que, baseada nas teorias geopolíticas clássicas de Mackinder e Haushofer (MELLO, 2015), considera a restauração do antigo espaço territorial e a noção de civilização eurásiana fundamentais para a segurança do Estado Russo.

Liderada por Aleksandr Dugin, a escola expansionista ganha projeção com Primakov e Vladimir Putin, que difundem e atualizam a concepção do eurasianismo ao novo cenário internacional, combatendo a globalização mundial e o sistema internacional unipolar, liderado pelos EUA. Para Dugin, o retorno russo ao topo da hierarquia do sistema internacional seria por meio da geopolítica, valorizando os potenciais geográficos, econômicos e humanos da Eurásia.

1. Teorias eurásianas

O estudo da geopolítica na Rússia normalmente é associado ao eurasianismo. A corrente geopolítica eurásiana nasce no início do século XX para manifestar a independência cultural e geopolítica russa num contexto de preocupação quanto à estabilidade de suas fronteiras, à diversidade étnica e à sua população e dos países vizinhos (TSYGANKOV, 2003). Para os fundadores da corrente eurásiana, a civilização russa é a síntese da civilização do Ocidente e do Oriente, não podendo ser reduzida à mera soma das partes. Desta forma, é singular, visto que faz parte de uma Comunidade Eurásiana (DUGIN, 2014). Essas mesmas preocupações

dão voz para o Neo-Eurasianismo na Rússia pós-soviética, buscando responder aos dilemas da nova Rússia.

A geopolítica do século XIX e XX seguia doutrinas que davam destaque ao poder naval ou terrestre. A nova geopolítica, por outro lado, “[...] emphasizes a socially constructed nature of geographical space and draws our attention to possibilities of creative re-evaluation of political order” (TSYGANKOV, 2003, p.105). Assim, conclui-se:

La nueva geopolítica desea construir un espacio político más allá de las fronteras de tipo Westfalia. Intenta superar la fase de las “mitologías” nacionales sobre la creación de un pueblo u otro; o la obsesión de las fronteras vistas, exclusivamente, en los términos de la dominación de un Estado por el otro. La nueva geopolítica trata más sobre “los mapas mentales” que sobre “los mapas de los Estados” (MARCUS, 2007, p. 9).

O pensamento eurasiático representa “[...] a fundamental revision of the political, ideological, ethnic, and religious history of mankind, and it offers a new system of classification and categories” (DUGIN, 2008). Ademais, o projeto eurasiático é desenvolvido como uma filosofia política baseada em quatro preceitos: multipolaridade de civilizações, anti-imperialismo, antimodernismo e na estrutura da própria Rússia (DUGIN, 2014).

2. Aleksandr Dugin

Aleksandr Dugin é um sociólogo, filósofo e cientista político russo, que atualmente é professor na Universidade de Moscou e possui uma grande influência dentro do Kremlin, sendo conselheiro geopolítico de Putin, sendo até chamado de “Rasputin do Presidente” (MAC CORMAC, 2015).

Tendo o acadêmico como seu principal defensor, o eurasiático expansionista torna-se a corrente de maior influência na política externa russa dentro do Sistema Internacional. Dugin (2008) defende o eurasiático como sendo uma proposta de revisão política, ideológica, étnica e religiosa para o atual sistema, que ele caracteriza como “o conjunto de valores de uma única nação propagado a todas as outras como o caminho universal para a humanidade”.

Para Dugin, o Eurasiático é uma alternativa para a globalização, que é a tentativa de imposição do paradigma atlântico como guia para a humanidade. O autor define globalismo como “the process of building the ‘New World Order’”: “The victims of this process are the sovereign states, national cultures, religious doctrines, economic traditions, efforts toward social justice, and the environment itself”. Acrescenta, ainda, que “it is the imposition of Western methods upon all mankind” (DUGIN, 2014, p. 35). Quando Fukuyama (1992)

aborda a ideia de fim da história, está reafirmando o paradigma atlântico, pois isso significaria o fim da geopolítica e do conflito entre atlantismo e eurasionismo (DUGIN, 2008). Assim, cria-se uma Nova Ordem Mundial, representada por um SI sem oposição e com somente um polo.

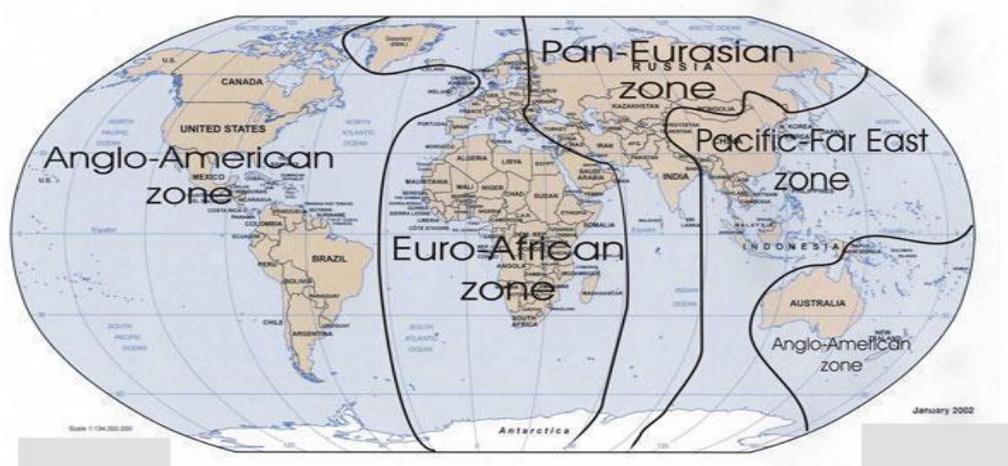
De acordo com Marcu (2007), a nova geopolítica busca um conceito de Estado diferente daquele criado com a paz de Vestfália, em 1648. Dugin assim se refere ao conceito de Estado:

Today's nation-state is being transformed into a global state; we are facing the constitution of planetary governmental systems within a single administrative-economic system. It's wrong to believe that all nations, social classes, and economic models might suddenly begin to cooperate on the basis of this new planet-wide logic is wrong. [...] Instead, the Eurasian Idea suggests that the planet consists of a constellation of autonomous living spaces partially open to each other (DUGIN, 2014).

Dugin defende a ideia da diversidade das estruturas sociais, alocadas em seu contexto histórico e cultural. Aponta que as tentativas de unificação das estruturas sociais foram feitas, normalmente, pelo uso da força e da repressão. Desta forma, o eurasionismo defende, não somente seus valores, mas sim a diversidade de valores, ao passo que defende a multipolaridade no SI.

Segundo a visão dos eurasionistas, o SI deveria se organizar em quatro grandes áreas geográficas divididas de norte a sul, sendo a primeira a Zona Anglo-Americana, com os EUA no centro, a segunda sendo a Zona Euro-Africana, com a UE no centro, a terceira sendo a Zona Pan-Eurásiana, com a Rússia no centro, e a quarta sendo a Zona do Pacífico, com Japão e China no centro. É o que se observa na figura 1.

Figura 1 – Mundo Multipolar



Map of multipolar world. Four zones - four poles

Fonte: DUGIN (2008)

O eurasionismo sugere que o planeta “[...] consists of a constellation of autonomous living spaces partially open to each other”. E assim conclui:

These areas are not national-states, but a coalition of states, reorganized into continental federations or "democratic empires" with a large degree of inner self-government. Each of these areas is multipolar, including a complicated system of ethnic, cultural, religious and administrative factors (DUGIN, 2008).

Dugin se baseia na na teoria clássica do acadêmico inglês Halford John MacKinder, autor da obra “*The Geographical Pivot of History*”, na qual ele formula o conceito geopolítico chamado “*Heartland*”, segundo o qual o planeta é dividido em duas esferas naturalmente antagônicas: terra e mar. Neste modelo, o território imprescindível para o poder terrestre global é o “coração” da Eurásia (*Heartland*), representado geograficamente pelo território do antigo império russo. Quem controla o *Heartland* terá o domínio da Eurásia e, posteriormente, do globo (MACKINDER, 1943). Dugin defende que a Rússia possui o "*Heartland*" global e, devido à sua posição geográfica privilegiada, deveria assumir uma atitude expansionista no cenário internacional, a fim de promover a criação de um contraponto ao poderio norte-americano. Ele constrói em sua teoria um plano de ação para cada uma das regiões vitais do Kremlin, no qual a Federação Russa buscaria criar aliados para a implementação do Bloco Eurasiano.

Para Dugin (2008), a área de influência russa dentro do SI deveria ser maior até mesmo que o espaço conquistado pela URSS pois, somente assim, estabelecer-se-ia uma oposição de nível relativamente comparado ao dos Estados Unidos. Irã, Turquia, Índia, Cazaquistão, Uzbequistão, Cáucaso, Espaço Pós-Soviético e Ucrânia são as principais áreas

nas quais o Kremlin deveria agir, buscando em cada uma delas uma aproximação diferenciada geopoliticamente.

Dugin afirma que todo o processo de integração depende do estabelecimento com sucesso de uma parceria estratégica com o Irã, alegando que o potencial econômico, militar e político dos dois países aumentaria o processo de integração da zona, tornando-o irreversível. O eixo Moscou-Teerã seria a base para construção do bloco eurasiático, já que Rússia e Irã são potências autossuficientes, capazes de criar o seu próprio modelo estratégico-organizacional para a região.

O Espaço Pós-Soviético e a Ucrânia também ganham notável importância na formação do bloco eurasiático, pois são regiões de fronteira entre a Eurásia e a União Europeia e que garantiriam maior estabilidade e diálogo entre os blocos. Com o intuito de promover a integração, a Rússia deveria se utilizar da proximidade cultural, linguística, religiosa e étnica entre as regiões.

3. Fim da URSS e a Nova Rússia

A colossal União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) findou-se em 1991, com a assinatura do Tratado de Minsk, que declarava a independência das repúblicas da Rússia, Bielorrússia e Ucrânia da URSS – posteriormente foi ratificado pelas demais repúblicas soviéticas. Desta forma, nasciam 15 novos Estados independentes e acabava o sonho do “socialismo num só país”. Apoiada por Stálin, a teoria do socialismo num país só assinalava que a revolução deveria ser fortalecida dentro da URSS em detrimento de uma revolução que transpassasse suas fronteiras. Essa perspectiva era confrontada com a ideia de “revolução permanente”, defendida por Trotsky, que estabelecia a incompatibilidade entre o socialismo num país só e o triunfo da revolução. Para ele, a revolução inicia-se no plano nacional, expande-se para o internacional e culmina no plano mundial (TROTSKY, 1906). Devido, sobretudo, ao vácuo de poder deixado pelo fim das URSS, o espaço pós-soviético tornou-se uma das áreas mais importantes e conturbadas para a geopolítica mundial no final dos anos 1990 e início de 2000.

Outro ator importante para a geopolítica mundial nascido do colapso soviético é a chamada nova Rússia. Inicialmente o Kremlin esperava que a Rússia fosse uma “grande potência moderna”, ou seja, combinasse elementos de *Hard* e *Soft Power*. Porém, logo perceberia que só poderia ser *moderna* ou *grande potência*, mas não ambas ao mesmo tempo, pois para isso seria necessário alcançar paridade militar e econômica com o Ocidente.

Contudo, se a Rússia possuía meios para alcançar o objetivo militar, não possuía os meios para alcançar o objetivo econômico enquanto mantinha-se como grande potência (LO, 2002, p.100).

É necessário que façamos uma digressão, pois é fundamental entender quais motivos levaram a URSS à estagnação e ao colapso, visto que tal projeto social competiu pela hegemonia econômico-social do SI por mais de meio século.

4. **Perestroika e Glasnost: Rumo ao fim**

Desde meados dos anos 1980 havia um sentimento compartilhado de necessidade por mudanças no regime soviético, contudo, era uma sensação difusa, visto que ninguém podia prever de onde viriam tais mudanças (RODRIGUES, 2006). A sociedade soviética perdia sua coesão social e sua habilidade de entender o mundo externo e interno (DUGIN, 2014).

Mikhail Gorbachev tornou-se secretário-geral do Partido Comunista Soviético (PCUS) buscando acabar com a chamada ‘era da estagnação’ por meio da *Perestroika*. A era da estagnação se refere ao período entre as décadas de 1970 e 1980 em que a economia soviética, devido às suas contradições internas, enfrentou uma grave e profunda desaceleração econômica, que seria um dos motivos do colapso da URSS (RODRIGUES, 2006). Assim, a *Perestroika* foi motivada pela

[...] estagnação da economia, o esgotamento do modelo, extensivo decréscimo, o atraso tecnológico cada vez mais pronunciado em relação ao Ocidente, a redução do ritmo de elevação do nível de vida, a crise de desmotivação, a degradação moral e o pesadíssimo fardo das despesas militares. (RODRIGUES, 2006, p. 205)

Havia um claro sinal de vontade política que levasse a mudanças no regime soviético, onde se inicia uma reforma no *Politburo* buscando colocar uma nova *intelligentsia* nos centros de decisão. Para que houvesse essa reforma, seria necessária uma *Glasnost* – que pode ser traduzida como transparência, visibilidade, publicidade e direito à informação, ou seja, um conjunto de reformas no regime soviético a fim de liberalização política, social e da imprensa (RODRIGUES, 2006) –, pois não seria possível aplicar as reformas econômicas sem que antes fosse reformado o sistema político soviético, que, devido ao seu caráter burocrático, freava as mudanças no país. Além disso, os reformadores percebiam que mudanças no regime eram inevitáveis, devido a pressões internas e externas, mas preferiam que fossem centralizadas através do PCUS. Porém, “logo se veria que quanto mais avançasse a *Glasnost*,

mais difícil ficaria manter o controle. A liberalização política, em vez de reforçar a *Perestroika*, terminou por atropelá-la” (RODRIGUES, 2006, P. 221).

Apesar do consenso dentro do PCUS da necessidade e urgência de reformas, havia uma clara divergência sobre quão *profundas* elas deveriam ser. A princípio buscava-se reformar o socialismo, não se discutia uma volta ao capitalismo, ou seja, buscava-se uma *revolução política* (RODRIGUES, 2006).

Ao realizarmos a digressão, que joga luz sob os últimos anos da URSS, percebe-se claramente que a confusão da liderança na tomada de decisão acelerou o processo de dissolução da União. As reformas propostas por Gorbachev e seus partidários não surtiram o efeito esperado e acabaram por solapar o já cambaleante sistema.

Para Dugin (2014), o termo *reforma*, no caso soviético, pode ser entendido como um sinônimo para *Democracia Liberal* – um dos valores do mundo ocidental (DUGIN, 2012). Segundo ele os “partidários da reforma” mostraram-se incondicionais apologistas do Ocidente e de sua estrutura, enquanto os “inimigos da reforma” buscavam defender o obsoleto sistema soviético. Ele assim resume o resultado das reformas:

the result of these ‘reforms’ was the collapse of the unity of the Soviet state and the beginning of the fall of Russia as the heir of the Soviet Union. [...] The past, present and future of Russia began to be seen from the Western point of view, and to be evaluated as something estranged, transient, and alien (DUGIN, 2014, p.23).

Fazendo a síntese do processo que culminou na dissolução da URSS e no surgimento da Federação Russa, podem ser encontrados determinantes que afetaram diretamente o processo de tomada de decisão e a efetiva implementação das Políticas Externas do Estado russo, quais sejam: debilidade econômica, crise político-institucional, ameaça de aumento da influência Ocidental no EPS. Desta forma, analisaremos a hipótese de como se deu a gradativa construção de um projeto eurasiático expansionista pela Rússia, partindo da fraqueza exposta na Guerra da Chechênia, choque com o atlantismo no Kosovo e, por fim, a demonstração de força na Geórgia.

5. Primeira Guerra da Chechênia

Quando Dugin (2008) declara que o eurasiatismo é uma “revisão fundamental” da história humana efetivada através da criação de “Impérios Democráticos”, baseados na multipolaridade e no autogoverno, está formulando um projeto *civilizacional*. Dentro desta lógica, a Zona Pan-Eurasiática deve ser dirigida pelo Estado russo. Contudo, se a Zona Pan-

Eurasiana deve ser dirigida pela Rússia, têm-se o axioma que esta última deve ter claro controle sobre seu território nacional e suas diversas províncias, repúblicas, territórios e regiões autônomas.

Diante do exposto é necessário entender os processos que determinam o surgimento da Primeira Guerra da Chechênia e seus reflexos nas futuras ações de Política Externa da Rússia. O estopim para o início do conflito foi a tentativa “poorly prepared and disastrously executed” de capturar a capital da Chechênia, episódio que ficou lembrado como “a Baía dos Porcos de Yeltsin” (TRENIN, LIEVEN & MALASHENKO, , 2004, p. 21). Wood (2004, p. 21/22) assim sintetiza o conflito:

The first Russo-Chechen war was a humiliating defeat for the Russians and, despite their victory, a cataclysm for the Chechens. Conservative estimates give 7,500 Russian military casualties, 4,000 Chechen combatants and no less than 35,000 civilians – a minimum total of 46,500; others have cited figures in the range 80,000 to 100,000.

Uma solução rápida para o conflito não foi encontrada devido a dois fatores: reconhecer a independência chechena criaria precedentes para novas sublevações pró-independência em outras áreas; por fim, devido à inabilidade política de Yeltsin – que a despeito de declarar reiteradamente que o conflito estava prestes a acabar – de conseguir diálogo com os insurgentes e aceitar apenas o cessar-fogo incondicional dos últimos (TRENIN, LIEVEN & MALASHENKO, 2004, p. 22)

Devido à sua localização geográfica, a Chechênia tem vital importância para a geopolítica russa, pois está situada no istmo entre o Mar Negro e o Mar Cáspio e tem ligações históricas com a república da Inguchétia, pois ambas formavam a República Checheno-Inguche até 1991. Desta forma, o Kremlin entende que uma Chechênia independente poderia ser o estopim para o reaparecimento de um Estado que uniria todos os povos do Cáucaso, estrangulando as linhas de abastecimento russas que passam pela região (WOOD, 2004, p. 22/23). Segundo Dunlop (apud WOOD, 2004, p.23) a ação russa foi a eclosão “of a virulent form of Russian neo-imperialism”.

Entretanto, desde a autoproclamação da independência do território em 1991, Moscou manteve-se extremamente ocupada com inúmeras questões político-econômicas de cunho doméstico, ocasionadas pela transição para o capitalismo, sua nova configuração territorial e a instabilidade interna do governo, fatos que proporcionaram um fortalecimento do sentimento nacionalista checheno. Esse intervalo de inação russa no território (1991-1994) foi fundamental para que o povo checheno se afastasse da influência soviética.

Para Trenin, o distanciamento entre os dois países instaurou-se a partir do fim da URSS, momento no qual pode-se observar o fim do sentimento de comunidade entre os povos do EPS:

In Russia, the process of creating a new citizenship-based nation is more complex than elsewhere. The end of the Soviet Union resulted in more than its constituent republics going their separate ways. A sense of community among the people, brought together by the imperial policies of the czars and subjected to rigorous unification under Stalin, also disintegrated. Many people have discovered, or rediscovered, their ethnic back-grounds, but no consolidated nations have emerged. The Chechen conflict both reflects and contributes to this harsh reality (TRENIN, LIEVEN & MALASHENKO, 2004, p. 8).

Enquanto a maioria desses novos Estados independentes se aproximou do bloco Atlântico, através da adesão a OTAN e a UE, a Chechênia esbarrou na firme determinação russa de não declará-la independente e não atender suas demandas: soberania e manutenção dos laços econômico-sociais com o país (WOOD, 2004, p. 7)

Para os eurásianos expansionistas, o conflito representa também a consequência da tentativa inicial de aproximação com o Ocidente proposta por Boris Yeltsin. Para eles, a tentativa foi um retrocesso para as pretensões de integração eurásiana, uma vez que culminou no enfraquecimento do país perante o SI, assim como na perda de influência em antigos territórios da área de influência russa (DUGIN, 2014).

Na perspectiva eurásiana proposta por Dugin, a derrota russa na primeira guerra da Chechênia foi um grande golpe ao modelo expansionista. Além do já mencionado fato de que tal derrota abriria caminho para que outros grupos separatistas da região reclamassem a sua independência, o resultado negativo foi uma importante demonstração de que o Kremlin não estava pronto para ser a potência regional que a teoria eurásiana lhe exigia. Isto colocava os russos em uma posição de vulnerabilidade na região.

Além disso, tal fraqueza, aliada à crise humanitária por conta do massacre e às tentativas de Yeltsin de se aproximar do Ocidente fizeram as potências ocidentais, agindo através da OTAN, enxergarem uma situação muito favorável a intervenções externas na região do EPS, aumentando as tensões entre a Rússia e a OTAN.

Tal escalada de tensões, quando aliada à visão de que Moscou estava enfraquecido na região, alimentou um processo de animosidade contra o Ocidente que culminaria em uma postura mais agressiva demonstrada no conflito do Kosovo, alguns anos mais tarde.

6. Guerra do Kosovo

Em 1997, Rússia e OTAN assinaram aquele que ficou conhecido como “Ato Fundador de Relações Mútuas, Cooperação e Segurança entre Rússia e OTAN”. O tratado buscava estreitar a cooperação no que concerne à segurança europeia, baseada na reciprocidade, em interesses comuns e na transparência (NORTH ATLANTIC..., 1997). O Ato criava o “Conselho Conjunto Permanente”, que proveria “a mechanism for consultations, coordination and [...] for joint decisions and joint action with respect to security issues of common concern” (NORTH ATLANTIC..., 1997).

A Guerra do Kosovo constituiu um conflito armado dentro do território sérvio, mais especificamente na região separatista de Kosovo, que durou de fevereiro de 1998 até junho de 1999. O conflito foi protagonizado pelas forças armadas da República Federativa da Iugoslávia (até então formada pelas repúblicas de Sérvia e Montenegro), e pelo grupo rebelde de etnia albanesa do Kosovo, conhecido como o Exército de Libertação do Kosovo (KLA), este por sua vez, contando com o apoio aéreo da OTAN.

O conflito kosovar representava um grande desafio para o Kremlin, pois a região dos Balcãs abrangia alguns interesses nacionais russos, quais sejam: (i) manter-se militarmente nos Balcãs, uma vez que é pré-requisito para a Rússia continuar no *hall* das grandes potências; (ii) a presença russa nos Balcãs equivale à sua manutenção na Europa, visto que a elite russa compartilhava da ideia de que o Estado russo estava sendo expulso da Europa e, portanto, estava sendo excluído da prosperidade econômica e dos mecanismos de segurança do continente; (iii) a Sérvia era considerada a última aliada russa no continente europeu (GOBAREV, 1999, p. 3)

A Guerra do Kosovo mostrou que existiam grandes fissuras no relacionamento Rússia-Otan. Desta vez, “Russia and the transatlantic community are engaged in a political battle over Kosovo’s right to be granted sovereign statehood outside Serbian jurisdiction, with full rights to organize its own affairs” (ANTONENKO, 2007, p. 5).

Rússia e seus parceiros do Ato Fundador discordavam diametralmente na solução para o conflito kosovar. O Kremlin acreditava que garantir a independência do Kosovo sem o consentimento sérvio geraria um grave precedente para os separatistas do EPS. Além disso, apontava que era necessário uma real garantia de segurança para os sérvios do Kosovo e que uma declaração unilateral de independência ou mesmo por meio de uma resolução da ONU feria a própria carta da ONU, os Acordos de Helsinque – assinados por URSS e EUA, definiam os princípios que regeriam as relações entre os seus membros, dentro os quais a igualdade soberana, a abstenção do uso da força, a inviolabilidade das fronteiras, a integridade

territorial dos Estados e a não-intervenção em assuntos (THE CONFERENCE..., 1975) –e a Resolução 1244 do Conselho de Segurança (UNITED NATIONS, 1999), que reafirmava a soberania e a integridade territorial conforme os acordos de Helsinque (ANTONENKO, 2007, p. 5/6).

Já os Estados Unidos e a União Europeia defendiam a tese que a identificação do Kosovo como parte da Sérvia era insustentável. Também indicavam que a falta de independência era um obstáculo para o desenvolvimento e a segurança kosovar (ANTONENKO, 2007, p. 5). Na contramão dessa concepção, o Kremlin argumentava que garantir a independência do Kosovo erodiria a ordem internacional ao abrir precedentes para a remoção de territórios de Estados soberanos contra sua vontade e por intermédio de intervenções militares. Assim, assumia uma posição de “[...] *guarantor of international law, protector of human right*” (ANTONENKO, 2007, p. 17, grifo nosso)

A despeito do discurso, o Kremlin foi fortemente criticado por sua atuação na Guerra do Kosovo, pois tentava conciliar dois objetivos irreconciliáveis: por um lado sentia-se obrigado a defender sua aliada Sérvia, por outro lado desejava fazer parte da comunidade Euro-Atlântica (GOBAREV, 1999, p. 3). Segundo Shamgunove (2005 *apud* ANTONENKO, 2007, p. 10/11) a Rússia traiu a Sérvia e a entregou para a OTAN, pois forneceu somente apoio humanitário para sua aliada em detrimento de apoio bélico-militar. Além disso, “Russia was unable to defend its ally, although it spoke publicly about its intention to do so”.

Com a consolidação do conflito, o Ato Fundador mostrou-se ineficaz, não apenas em proporcionar um consenso decisório entre as partes, mas também como um mecanismo de prevenção de crises. Todas as formas de cooperação entre Rússia e OTAN, supostamente estabelecidas pelo acordo, terminaram no momento em que se iniciou o bombardeio no território sérvio (ANTONENKO, 1999, p.2).

A intervenção da OTAN na Sérvia marca uma linha de transição na política externa russa. Se no 'mundo pós Gorbachev' a Rússia cooperou ativamente com o Ocidente, nessa nova etapa a Rússia "*perceives NATO as a strategic challenge, or even a threat, and seeks to reassert itself as a distinct player in European and global affairs*" (ANTONENKO, 2007, p. 71, grifo nosso)

Pela ótica russa, anos de uma busca por participação e "parceria" com o Ocidente não foram suficientes para impedir uma intervenção militar em um de seus aliados, fato que caracterizou o conflito como o principal estopim para o distanciamento entre a antiga potência soviética e a aliança EUA-UE (ANTONENKO, 1999, p.8).

Esse distanciamento é estabelecido, no primeiro momento, dentro do âmbito militar, por intermédio da retirada das tropas russas de todas as missões em parceria com a OTAN. Além disso, se até a Guerra do Kosovo a OTAN ocupava a quinta e última posição nas ameaças ao Estado Russo, apresentadas em sua Política de Segurança Nacional de 1999, no momento em que Organização iniciou seus ataques à Sérvia, o Kremlin alterou sua lista de prioridades “drastically and literally overnight”, encarando a mesma como “the primary and by far the most serious threat to not only Russian national interests but also to the existence of the Russian Federation” (GOBAREV, 1999, p. 10/11).

Antonenko assim sintetiza a nova doutrina militar russa: “[...] emphasises the threat of direct military aggression against Russia and its allies, a threat that can only be deterred by conducting active foreign policy and maintaining readiness of conventional and nuclear forces” (1999, p. 11).

Com a eleição de Vladimir Putin, a presidência após o conflito, o distanciamento com o Ocidente adentra o âmbito político/ideológico, fundamentando-se nas frustradas tentativas de adequação à “nova ordem internacional” e nas ambições do seu presidente em recolocar a Federação Russa como principal protagonista do SI.

7. Guerra da Geórgia

Com a ascensão de Vladimir Putin à presidência da Rússia em 1999, acentuou-se o distanciamento do Kremlin em relação ao Ocidente. Sob o mandato de Putin, a Rússia “unfolded an anti-Western stance, condemning NATO expansion, unilateral and dominating policies and the deployment of a missile shield” (DE HAAS, 2009, p. 46). Ademais,

For instance, by threatening European states involved in the US missile shield program, by resuming strategic nuclear bomber flights, by conducting naval exercises in the Atlantic Ocean and the Mediterranean, by re-installing the traditional military parade on Red Square, and by starting or resuming military cooperation with countries ‘hostile’ to the West, such as Libya, Syria, Cuba, and Venezuela (DE HAAS, 2009, p. 46).

No começo da década, o Kremlin ainda adotava uma postura de conciliação em relação ao Ocidente. Isto se deu por dois fatores principais. O primeiro é que o comércio de petróleo e gás ainda estava se estabelecendo, levando Moscou a não dispor do capital necessário para adotar uma postura mais combativa. O segundo fator deu-se por motivos pragmáticos. O Kremlin entendia que os ataques de 11/09 contra os EUA poderiam ser um ponto de inflexão em sua relação com este último e proviria de legitimidade sua guerra contra os insurgentes

chechenos – a qual foi chamada de "a struggle againsts Islamic terrorism". Desta forma, o 11/09 uniria Rússia e EUA numa guerra contra o terrorismo (ERSEN, 2004, p. 153).

A partir de 2004, as relações entre os russos e o Ocidente voltam a se desmantelar. Isso começa com uma nova onda de expansão da OTAN, que nesse mesmo ano se aproxima de países dentro da área influência russa, como a Bulgária, a Estônia e a Romênia, dentre outros. Fora isso, durante o governo Bush os EUA planejavam colocar um sistema de defesa contra mísseis na Polônia, após o ingresso deste país na OTAN. O sistema foi alvo de pesadas críticas da Rússia, por considerar que desta forma os EUA estariam diminuindo sua capacidade de influência na região. O ápice dessa rusga se deu com a assinatura do acordo em 20 de agosto de 2008, fazendo com que os russos ameaçassem usar seu armamento nuclear contra o governo de Varsóvia e romper os acordos de não proliferação nuclear (COUTO, 2013). Vendo ameaçada sua posição na região, os russos partem para um discurso mais agressivo. Com o aumento da dependência europeia em relação ao fornecimento energético russo, a postura do Kremlin torna-se muito mais assertiva, gerando um ambiente propício para a guerra que viria em 2008.

A Geórgia se tornou uma região crítica porque, após a dissolução da URSS, em 1991, duas de suas regiões, a Abecásia e a Ossétia do Sul, almejavam a sua independência do governo central, o que não foi aceito por Tbilissi. O Kremlin tinha os seguintes objetivos político-estratégicos na Geórgia (DE HAAS, 2009, p. 47): (i) dirimir a autoridade Georgiana nas regiões separatistas; (ii) retirar Saakashvili da presidência; (iii) prevenir a incorporação de Geórgia e Ucrânia à OTAN; (iv) demonstrar ao Ocidente a supremacia russa na área de influência da antiga URSS; (v) desencorajar a criação de gasodutos alternativos que diminuíssem o domínio energético russo; (vi) mostrar ao SI que a Rússia voltara ser uma grande potência e que influenciaria em sua agenda. Buscando maior estabilidade para a região e entrando em conflito direto com os interesses georgianos, os russos mantiveram tropas alocadas nas regiões. Isso garantia a segurança dos abscases, bem como dos residentes da Ossétia do Sul, a qual tem ligações com a Ossétia do Norte, esta por sua vez localizada em território russo. Como resultado, a Geórgia considerou oficialmente tanto a Ossétia do Sul quanto a Abecásia como territórios ocupados militarmente pela Rússia. Os russos, por sua vez, reconheceram a independência das duas regiões.

A despeito do conflito Russo-Georgiano emergir em agosto de 2008, diversas fontes indicam que a Rússia já se preparava para o conflito há anos. Com a ascensão de Putin, a tensão entre os dois países começou a escalar, uma vez que o presidente russo acusava a

Geórgia de abrigar terroristas chechenos. Em abril de 2008, aviões militares russos violaram regularmente o espaço aéreo georgiano. Além disso, o Kremlin exerceu sua pressão econômica por meio do corte no suprimento de gás. Por fim, os russos impuseram um novo regime para vistos georgianos, fazendo exceções para as regiões separatistas da Ossétia e da Abecásia, as quais obtinham vantagens para adquirir a cidadania russa (DE HAAS, 2009, p. 47; FILIPPOV, 2010, p. 1832/1833).

Apesar do conhecimento dos Estados Unidos quanto à sua falta de poderio militar na Geórgia, a vitória russa ainda assim foi vista com surpresa por boa parte dos estrategistas americanos. Isto ocorreu porque os Estados Unidos viam a Rússia sob uma perspectiva do início dos anos 1990, nos quais o Kremlin estava paralisado e o exército em frangalhos. Já pelo ponto de vista russo, uma intervenção na Geórgia apresentava uma chance mínima de retaliação por parte da Europa – devido à dependência do gás russo – e dos Estados Unidos – imersos na sua “guerra ao terror” no Iraque e Afeganistão. Este cenário caracterizou uma oportunidade excelente para os russos reafirmarem sua influência na antiga esfera soviética (FRIEDMAN, 2008).

Já, politicamente, o Kremlin considerava necessária uma contra-ação quanto aos movimentos da OTAN no EPS (FRIEDMAN, 2008, p.4). O Ministro das Relações Exteriores russo, Igor Ivanov, declarou em Julho de 2008 que a Rússia “[...] will be forced to react not with diplomatic, but with military-technical methods” caso a OTAN implementasse um novo sistema antimísseis no Leste Europeu. Friedman (2008, p.4) aponta esta contra-ação como uma resposta direta ao conflito de Kosovo:

From the Kosovo experience, they concluded that the United States and Europe were not prepared to consider Russian wishes even in fairly minor affairs. That was the breaking point. If Russian desires could not be accommodated even in a minor matter like this, then clearly Russia and the West were in conflict. For the Russians, as we said, the question was how to respond. Having declined to respond in Kosovo, the Russians decided to respond where they had all the cards: in South Ossetia.

Vladimir Putin, então primeiro-ministro, justificava a intervenção na Geórgia pela necessidade geopolítica apresentada por Aleksandr Dugin. Para este último, a desintegração da União Soviética deixou a Rússia cercada por um grupo de países hostis aos seus interesses, sendo necessária a recuperação do espaço perdido em 1992. Como exemplo desta ameaça, considera-se que durante a Guerra Fria, a distância entre São Petersburgo e um país da OTAN

foi de cerca de 2 mil km. Já em 2008, era de cerca de 100 km da Estônia, país membro da Organização.

Com a vitória no conflito, Putin restabeleceu a credibilidade do exército russo e, principalmente, deu um grande passo para restabelecer a Rússia como uma grande potência. O sucesso russo na Geórgia não aconteceu repentinamente ou por mero acaso, ao contrário, tem sido construído desde a ascensão de Putin ao poder, fundamentado na reestruturação da nação soviética e amparado pelo engajamento americano em outros conflitos (FRIEDMAN, 2008, p.5).

Após o conflito, durante uma entrevista, o Presidente Medvedev declarou de forma inequívoca que a Rússia não aceitaria um SI unipolar, dominado pelos EUA. Segundo ele “[...] A single-pole world is unacceptable. Domination is something we cannot allow. We cannot accept a world order in which one country makes all the decisions, even as serious and influential a country as the United States of America. Such a world is unstable and threatened by conflict” (KREMLIN, 2008). Desta forma, fica clara a intenção de reemergência do Estado russo como uma potência global dentro de uma ordem multipolar.

Conclusão

No presente trabalho levantamos a hipótese de que, durante o processo de formulação e prática de Política Externa, a Federação Russa passou de uma posição de proximidade com o Ocidente para uma posição revisionista do S.I., entre os anos 1990 e 2000.

O projeto Eurasiano que o Kremlin vai construindo da Chechênia à Geórgia passa, obrigatoriamente, pelo que LO (2004, p. 48) chama de “Síndrome Imperial” que seria “the sense of past empire and present and future imperial mission”. Seguindo o preceito de Dugin de contraposição à Nova Ordem Mundial, o Kremlin, à medida que tem uma melhora em suas condições político-econômicas na esfera doméstica, é capaz de exercer seu *Hard* e *Soft Power* para atingir seu objetivo de estabelecer-se como um dos polos de poder do S.I, sobretudo no que concerne ao EPS.

Na guerra da Chechênia, o Kremlin, à época liderado por Yeltsin, foi incapaz de reunir apoio da sociedade e das Forças Armadas para o conflito, resultando em uma traumática derrota geopolítica. Ademais, diversas fontes atestam o apoio e a proximidade que Yeltsin tinha com líderes ocidentais.

No conflito kosovar, entretanto, inicia-se o processo de distanciamento entre Rússia e Ocidente, sobretudo com EUA e OTAN. O Ato Fundador Rússia-OTAN, a despeito de criar

mecanismos de consulta para problemas de segurança, foi incapaz de evitar o conflito. Com a intervenção militar da OTAN na Sérvia, o Kremlin muda drasticamente sua Política de Segurança Nacional, colocando a Organização como principal ameaça para os interesses nacionais e a existência da própria Rússia. Esses últimos deveriam ser defendidos por intermédio de uma nova doutrina militar baseada em uma política externa ativa e no uso de forças convencionais e nucleares.

Vladimir Putin ascende à presidência da Rússia condenando a expansão da OTAN em direção ao EPS, sendo impugnada por métodos militares. Na Guerra da Geórgia, o Kremlin tinha como um de seus objetivos político-estratégicos principais demonstrar a supremacia russa no EPS e a consolidação *de facto* de sua posição de potência global.

O objetivo do Kremlin a partir de então é afirmar sua posição no cenário internacional e se expandir. Esta síndrome imperialista fez com que Moscou continuasse tendo pretensões de ser uma potência, não somente na sua esfera de influência, como também no Sistema Internacional. Mesmo tal característica não se mostrando presente na primeira guerra da Chechênia, acreditamos que tais pretensões expliquem adequadamente sua postura de animosidade na Guerra do Kosovo e sua atuação abertamente combativa no conflito georgiano.

Em fevereiro de 2014, o Kremlin ordenava a invasão e posterior incorporação da Crimeia, uma península situada na Ucrânia. Tal ação foi levada a cabo após o golpe de estado perpetrado contra o presidente eleito Viktor Yanukovich, considerado pró-russo. Esse evento pode ser considerado a reafirmação da hipótese apresentada, visto que a anexação demonstra a determinação do Kremlin em reafirmar sua esfera de influência no EPS e barrar o avanço da OTAN rumo à sua fronteira ocidental.

Concluimos que o eurasianismo expansionista proposto por Dugin explica adequadamente as ações da Rússia contemporânea, oferecendo um grau de previsibilidade satisfatório no que tange às suas ações no meio internacional. Desta forma, é possível especular que a Rússia continuará a pautar sua prática de política externa de forma antagonista ao Ocidente, buscando estabelecer-se como um dos polos de poder no Sistema Internacional.

Referências

ARON, Raymond (2002). **Paz e Guerra entre as nações**. São Paulo: Editora Universidade de Brasília

ANTONENKO, Oksana (1999). Russia, NATO and European Security after Kosovo. **Survival**, 41 (.4): 1-21.

_____. (2007). Russia and the Deadlock over Kosovo. **Russia.Nei.Visions**, 21: 1-21.

BAKER III, James Addison (1993). **Expanding to the East: A New NATO Alliance**, publicado em Los Angeles Times [http://articles.latimes.com/1993-12-05/opinion/op-64339_1_nato-expansion]. Disponibilidade: 17/04/2015.

_____. (2002) Russia in NATO?. **The Washington Quartely**, 25 (1): 95-103.

COUTO, Rullio K.B (2013). **Acordo entre Estados Unidos da América e Polónia para a Instalação de um Sistema de Defesa Antimísseis na Europa, de 20 de agosto de 2008**, publicado em Revista Militar [http://www.revistamilitar.pt/artigo.php?art_id=856]. Disponibilidade: 10/11/ 2015.)

DE HAAS, Marcel (2009). The Georgia Conflict of August 2008: Exponent of Russia's assertive security policy. **Carré**, 1: 46-9.

DUGIN, Aleksandr (2008). **The Eurasian Idea**, publicado em Evrazia [<http://evrazia.org/modules.php?name=News&file=article&sid=1884>]. Disponibilidade:18/04/2015.

_____. (2012). **The Fourth Political Theory**. London: Arktos Media Ltd.

_____. (2014). **Eurasian Mission: An Introduction to Neo-Eurasianism**. London: Arktos Media Ltd.

_____. (2015). **The Eurasian Idea**, publicado em International Eurasian Movement [<http://evrazia.org/modules.php?name=News&file=article&sid=1884>] Disponibilidade: 13/05/2015.

ERSEN, Emre (2004). **Neo-Eurasianism and Putin's 'Multipolarism' in Russian Foreign Policy**, publicado em Turkish Review of Eurasian Studies [http://www.academia.edu/1048384/Neo-Eurasianism_and_Putins_Multipolarism_in_Russian_Foreign_Policy]. Disponibilidade: 12/06/2015.

FILIPPOV, Mikhail (2009). Diversionary Role of the Georgia–Russia Conflict: International Constraints and Domestic Appeal. **Europa-Asia Studies**, 61 (10): 1825-47.

FOX NEWS (2008). **Russia Warns of Military Response If U.S.-Czech Missile Defense Agreement Approved**, publicado em Fox News [<http://www.foxnews.com/story/2008/07/08/russia-warns-military-response-if-us-czech-missile-defense-agreement-approved.html>]. Disponibilidade: 09/11/2015.

FRIEDMAN, George (2008). **The Russo-Georgian War and the Balance of Power**, publicado em Stratfor Global Intelligence [https://www.stratfor.com/weekly/russo_georgian_war_and_balance_power]. Disponibilidade: 05/11/2015.

FUKUYAMA, Francis (1992). **The End of History and the Last Man**. New York: Avon Books.

GOBAREV, Viktor (1999). Russia-NATO relations after the Kosovo crisis: Strategic implication. **The Journal of Slavic Military Studies**, 12 (3): 1-17.

- KISSINGER, Henry (1994). **Diplomacy**. New York: Simon & Schuster.
- KREMLIN (2008). **Interview given by Dmitry Medvedev to Television Channels Channel One, Russia, NTV**, publicado em: [http://archive.kremlin.ru/eng/speeches/2008/08/31/1850_type82912type82916_206003.shtml]. Disponibilidade: 06/11/2015.
- LO, Bobo (2002). **Russian foreign policy in the post-Soviet era: reality, illusion and mythmaking**. New York: Palgrave Macmillan.
- MACKINDER, Halford John (1943). **The Round World and the Winning of the Peace**, publicado em Foreign Affairs [https://www.foreignaffairs.com/articles/1943-07-01/round-world-and-winning-peace]. Disponibilidade: 01/12/2015
- MARCU, Silvia (2007). La Geopolítica de la Rusia Postsoviética: Desintegracións, renascimento de uma potencia y nuevas corrientes de pensamento geopolítico. **Revista Electrónica de Geografía Y Ciencias Sociales**, 11 (253).
- MAC CORMAC, Sean (2015). **Aleksandr Dugin: Putin's Rasputin?**, publicado em Center for Security Policy [https://www.centerforsecuritypolicy.org/2015/03/04/aleksandr-dugin-putins-rasputin/]. Disponibilidade: 22/09/ 2015.
- MELLO, Leonel I. A. (2015). **Quem tem medo da geopolítica?**. 2ª edição. São Paulo: Instituto Leonel Itaussu & Hucitec.
- MORGENTHAU, Hans J. (2003). **A Política entre as Nações: A luta pelo poder e pela paz**. São Paulo: Editora Universidade de Brasília.
- NASCIMENTO, Flávio Augusto Lira (2008). **Federação Russa e OTAN: Uma análise das políticas de Moscou em relação à aliança Ocidental**. Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais, apresentada ao Programa de Mestrado em Relações Internacionais San Tiago Dantas PUC-SP/UNESP/UNICAMP (Orientador: Prof^ª. Dr^ª. Suzeley Kalil Mathias)
- NORTH ATLANTIC TREATY ORGANIZATION (1997). **Founding Act on Mutual Relations, Cooperation and Security between NATO and the Russian Federation**, signed in Paris. ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT (2005). **Gross Domestic Product**, publicado em: [https://data.oecd.org/natincome/net-lending-borrowing-by-sector.htm]. Disponibilidade: 05/08/2016.
- RODRIGUES, Robério Paulino (2006). **O Colapso da URSS: Um estudo das causas**. Dissertação de Doutorado em História Econômica, apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (Orientador: Prof. Dr. Osvaldo Coggiola).
- SEGRILLO, Angelo (2000). **O fim da URSS e a Nova Rússia: de Gorbachev ao pós-Yeltsin**. Petrópolis: Vozes.
- TEIXEIRA, José Achilles Abreu Jorge (2009). O pensamento geopolítico da Rússia no início do século XXI e a geopolítica clássica. **Revista da Escola de Guerra Naval**, 13: 122-146.
- THE CONFERENCE ON SECURITY AND CO-OPERATION IN EUROPE (1975). **Final Act**. Helsinque.
- TRENIN, Dmitri (2001). **The End of Eurasia: Russia on the border between Geopolitics and Globalization**. Moscow: Carnegie Moscow Center.

TRENIN, Dmitri; LIEVEN, Anatol; MALASHENKO, Aleksei (2004). **Russia's Restless Frontier: The Chechnya Factor in Post-Soviet Russia**. Washington: Carnegie Endowment For International Peace.

TROTSKY, Leon (1906). **The Permanent Revolution & Results and Prospects**, publicado em Trotsky Internet Archives [<https://www.marxists.org/archive/trotsky/1931/tpr/>]. Disponibilidade: 18/04/2015.

TSYGANKOV, A. P. (2003). Mastering Space in Eurasia: Russia's Geopolitical Thinking after the Soviet Break-up. **Communist and Post-Communist Studies**, 36 (1): 101-27.

UNITED NATIONS (1999). **Resolution 1244** on the situation relating Kosovo. New York: Security Council.

WOOD, Tony (2004). **The Case for Chechnya**, publicado em New Left Review [<http://newleftreview.org/II/30/tony-wood-the-case-for-chechnya>]. Disponibilidade: 12/10/2015.